

A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista (Chaves, 1881)

Mário Gonçalves Fernandes

*Apresentado no VIII SLBCH, Porto, Baião e Chaves, 2019 **

RESUMO

Em 2011, em texto do catálogo de exposição sobre a “A Planta Topográfica da Cidade do Porto”, de A. G. Telles Ferreira (1892) onde se delineava um retrato da cartografia urbana contemporânea, com especial incidência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirmou-se que, na segunda metade do século XIX, “a impossibilidade de resposta dos serviços geodésicos do Estado às crescentes necessidades de cartografia por parte das câmaras municipais, permitiu que começasse a esboçar-se um pequeno mercado para a elaboração de levantamentos cartográficos” (FERNANDES, 2011, p. 9).

Em 2019, procurando motivo ou objeto para comunicar, ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, assunto que envolvesse a cidade de Chaves, topou-se, no Arquivo Histórico Municipal de Chaves, com singelo documento que, embora aparentemente sem importância, remetia para aquela afirmação, contribuindo, qual peça de puzzle, para a consolidação de um discurso sobre a história da cartografia urbana e do planeamento urbano em Portugal.

Trata-se de documentação datada de Lisboa e de 1881, composta por uma missiva, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves e acompanhada por uma “Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000”, cuja existência comprova e simboliza a existência de um mercado de serviços de levantamentos cartográficos urbanos, desenvolvido num contexto de existência de recursos humanos com capacidade técnica (com engenheiros militares desde o século XVIII e Manoel de Azevedo Fortes e com engenheiros civis desde as escolas politécnicas de Lisboa e Porto, criadas em 1837) e de necessidade reconhecida pelas câmaras municipais em empreender melhoramentos urbanos, quer porque a realidade o exigia, quer porque a legislação o obrigava e/ou sugeria. Com a explicitação de factos e circunstâncias pretende-se contribuir para a história da cartografia urbana em Portugal.

ABSTRACT

In 2011, in text from the exhibition catalog on “The Topographic Plan of the City of

Porto”, by A. G. Telles Ferreira (1892), where a portrait of contemporary urban cartography was outlined, with special emphasis on the second half of the 19th century and first decades of the twentieth century, it was stated that, in the second half of the nineteenth century, “the impossibility of the State's geodetic services to respond to the growing needs of cartography on the part of the city councils, allowed a small market to begin to be outlined for the elaboration of cartographic surveys” (FERNANDES, 2011, p. 9). In 2019, looking for a reason or object to communicate, at the VIII Luso-Brazilian Symposium on Historical Cartography, a subject that involved the city of Chaves, he found himself in the Municipal Historical Archive of Chaves with a simple document that, although apparently unimportant, sent to that statement, contributing, as a puzzle piece, to the consolidation of a discourse on the history of urban cartography and urban planning in Portugal. This is documentation dated from Lisbon and 1881, composed of a letter, addressed to the Mayor of Chaves and accompanied by a “Plan of the City of Chaves at 1 / 10.000”, whose existence proves and symbolizes the existence of a market for urban cartographic survey services, developed in the context of the existence of human resources with technical capacity (with military engineers since the 18th century and Manoel de Azevedo Fortes and with civil engineers from the polytechnic schools of Lisbon and Porto, created in 1837) and of the need recognized by the city councils to undertake urban improvements, either because the reality required it, or because the legislation required and/or suggested it. The explanation of facts and circumstances is intended to contribute to the history of urban cartography in Portugal.

Em 2011, em texto redigido para o catálogo da exposição “A Planta Topográfica da Cidade do Porto: Cartografia e Urbanismo”, integrada no IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica (IV.SLBCH), onde se delineou um retrato da cartografia urbana contemporânea, com especial incidência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirmamos, a dado passo, o seguinte:

“A impossibilidade de resposta dos serviços geodésicos do Estado às crescentes necessidades de cartografia por parte das câmaras municipais, permitiu que começasse a esboçar-se um pequeno mercado para a elaboração de levantamentos cartográficos, onde não falta alguma competição, personificada nas concretizações e nas disputas, conhecidas, envolvendo Augusto Gerardo Teles Ferreira, por um lado, e Carlos Pezerat, João Goullard e Francisco Goullard, pelo outro. O primeiro elaborou as plantas de Viana do Castelo e do Porto e candidatou-se à elaboração da planta de Braga, onde perdeu para os segundos que, em conjunto ou individualmente, elaboraram a de Lisboa, tendo ainda ganho e concretizado as de Coimbra e de Braga, mas sendo relegados nas tentativas para elaborar a do Porto.” (FERNANDES, 2011, p. 9).

Em 2019, procurando motivo ou objeto para comunicar ao VIII.SLBCH

assunto que envolvesse a cidade de Chaves, topamos, no Arquivo Histórico Municipal de Chaves (agora devidamente acondicionado, embora a necessitar de cuidados empenhados de tratamento arquivístico e documental), com um singelo documento que, como minúsculo ponto de luz e parecendo sem importância, confirma aquela afirmação e contribui, qual peça de puzzle, para a consolidação de um discurso sobre a história da cartografia urbana e do planeamento urbano em Portugal.

Trata-se de documentação datada de Lisboa e de 1881, composta por uma missiva, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves e acompanhada por uma “Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000”, cujo propósito se consubstanciava numa “Proposta à Ex^a Camara Municipal da Cidade de Chaves, para factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade”. A missiva era assinada pelo Geometro topographo Francisque Goulard e pelo Engenheiro Civil Carlos de Pezerat, sendo presidente do município flaviense Joze Antunes Guerreiro, como grafado na missiva, o qual, segundo a mesma, teria “manifestado o desejo de receber uma proposta minha [de Carlos de Pezerat] para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topográfica e do nivelamento da Cidade de Chaves, por conta do Município da mesma Cidade”.

Pela leitura da missiva de Carlos de Pezerat descobre-se um texto com um conjunto de argumentos que aparenta ser uma mescla de publicitação de serviços com uma resposta a quem eventualmente solicitara um orçamento. Atente-se, por exemplo, na referência à divulgação de obra feita com a referência à elaboração da planta de Lisboa (1856/58) e da planta de Coimbra (1874), não constando a referência à de Braga (1884) por razões óbvias. Naturalmente, tenta-se convencer o cliente com alguns sublinhados de uma cartilha que, na época, se ia consolidando:

“A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d’uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d’ella, mostrando não somente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nível. O Município que não possui semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria só, sem curvas de nível, não é suficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d’alinhamentos, nem para encanamentos d’água ou d’esgotos.” As vantagens e as economias que um Município deve auferir d’uma planta bem elaborada, são tantas que nenhum sacrificio deve custar-lhe para realizar um resultado tam importante.”

No entanto, revelando algumas limitações de conhecimento da realidade flaviense, ambos os elementos, missiva e planta, apresentam evidentes fragilidades, desde logo porque, apesar da manifesta repetição do termo “cidade”, Chaves ainda era uma vila em 1881, apenas adquirindo o título de cidade em 1929. Depois, e principalmente, pela equívoca decisão dos propo-

nentes em relação à área a levantar e a cartografar, expressa na “delimitação da área fixada na proposta” (ver título da planta) e no 2º artigo das condições “A planta completa compreenderá a área delimitada pela faixa cór de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta”. De facto, é surpreendente que, à época, se proponha uma área a cartografar cuja delimitação está referenciada, de forma simplista, por duas linhas de água (o Rio Tâmega e o Ribeiro de Ribelas), deixando de fora o Forte de S. Neutel, a Capela do Calvário e o pequeno arrabalde de Stº Amaro e, principalmente, o hornaveque da Madalena, erroneamente identificado na planta como “Forte”.

Estes equívocos parecem denunciar que os proponentes não conheciam *in-loco* o aglomerado flaviense, o que concorre com a grande probabilidade de a simplificada “Planta da Cidade de Chaves” (anexa à missiva) ter sido elaborada a partir de alguma das plantas militares da Praça de Chaves, datadas de finais do século XVIII ou de inícios do século XIX (por exemplo a de 1797 ou a de 1801 – ver FERNANDES, 2002, Vol. II, p. 68; 2005, pp. 379-380) existentes nos arquivos militares de Lisboa.

É provável que não tenha sido pela demonstração de desconhecimento dos proponentes em relação à realidade urbana flaviense que José Antunes Guerreiro, o presidente da câmara, não terá dado continuidade e, ao que sabemos até agora, nem respondido oficialmente, à proposta de Carlos de Pезerat. A descontinuidade do processo pode, com maior probabilidade, estar relacionada com outras razões, nomeadamente: por se tratar de uma cartografia que, como a de Lisboa – “A planta será na escala de um por quinhentos (1 por 500) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa” - não era cadastral; pelo preço apresentado que significava um encargo significativo para o erário camarário que nunca tinha orçamentado para cartografia, nem orçamentou até à Primeira República, valores anuais tão substanciais; porque, afinal, estava demorada a criação das circunstâncias e condições que permitiriam a promoção dos melhoramentos urbanos ansiados, ou seja, a concretização da “concessão e entrega das muralhas e fossos à Câmara de Chaves, anunciada pelo General Comandante da Subdivisão Militar de Chaves” (AIRES, 2000, p. 53), em 1881, mas só confirmada definitivamente em 1887, com todas as plantas a serem aprovadas e seladas apenas em 1906 (FERNANDES, 2005, pp. 126-127).

António José Antunes Guerreiro foi deputado, Par do Reino e presidente da Câmara Municipal de Chaves na maior parte dos anos da década de 1878 a 1888, durante os quais desenvolveu esforços no sentido da posse de parte das “muralhas e fossos” das fortificações militares setecentistas, visando desenvolver uma estratégia de melhoramentos urbanos no âmbito da qual se justificava a elaboração de uma planta rigorosa da aglomeração urbana. Tendo falecido em finais de 1888 (AIRES, 2000, p. 71), testemunhou a passagem das fortificações para a posse do município e desenvolveu alguns

melhoramentos sob o “risco” do Engenheiro Militar Augusto Xavier Teixeira (FERNANDES, 2005, pp.39-40), com cujo apoio foi mitigando e adiando a necessidade do levantamento cartográfico da vila.

Para compreender a dificuldade e talvez alguma relutância em empreender a elaboração da cartografia geral da vila, note-se que o valor orçamentado, em 1881, pelo Engenheiro Civil Carlos de Pezerat, perfazendo um total de 1.210\$000 reis, representava no orçamento municipal anual (25.382 \$469 reis para o ano económico de 1881) cerca de 4,77%, ou seja, um valor excessivo se recordarmos que as verbas orçamentadas pelos municípios, para cartografia, na segunda metade de oitocentos, raramente ultrapassavam os 400\$000 reis e quando pesavam entre 2 ou 3% referiam-se às tentativas de fazer levantar a *Planta Geral da Vila* ou a *Planta Geral da Cidade* (FERNANDES, 2005, pp. 48 e 331).

No caso do município de Chaves, as intenções de elaboração de cartografia geral da sede municipal, verificáveis pelos orçamentos anuais (disponíveis aos investigadores em 2000), aconteceram em 1888 e 1889, depois da já referida concessão definitiva das muralhas e fossos à Câmara Municipal, e em 1904, quando se sabia que iriam ser subscritas as plantas que definitivamente o confirmavam. Naturalmente, também se encontram referências a outros valores orçamentados a obras municipais:

- 1867/68: “Pagamento a Antonio Jose Domingos, apontador de obras deste municipio, importancia de oito kilogramas de rapé para oferecer ao Engenheiro Francisco Joaquim da Palma Silva Reis, em rasão de se ter prestado gratuitamente a levantar a planta e fazer orçamento para as obras municipaes”;
- 1868/69: “Pagamento a Bartolomeu Achilles Dejante, engenheiro civil, que veio de Lisboa a Vidago para examinar as águas minerais, levantar plantas e fazer orçamentos das obras para melhorar aquele estabelecimento”;
- 1869/70: “Gratificação a Julio Cezar Augusto Guedes, por levantar plantas e dirigir diferentes obras do municipio”;
- 1870/71: “Gratificação a engenheiros pelo serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível em terrenos para diferentes obras que a Câmara deseja levar a effeito para melhoramento e aformoseamento desta Villa, compreendendo a formação de um cemiterio municipal, calcetamento de ruas, etc.”;
- 1871/72: “Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nivel”;
- 1885: “Pagamento da copia d'uma planta do projectado cemiterio desta Villa, extrahida por Domingos José Lopes Barros, de Villa Real”, o restante é, como até aqui, para “Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas

- de nível para obras municipais”;
- 1888: **“Para levantamento da planta geral desta Villa”** (350\$000 reis); o total orçamentado para cartografia foram 890\$000 reis **(correspondente a 2,6% do total da despesa orçamentada para este ano);**
- 1889: Capítulo específico para “Pessoal tecnico”, onde se orçamenta a “Gratificação a um engenheiro pelo serviço de levantar plantas e fazer orçamentos para obras municipais e fiscalização das mesmas”; **o valor orçamentado foi de 540\$000 reis (correspondente a 1,4% do total da despesa orçamentada para este ano);**
- 1904: “Para levantamento das plantas desta Villa a fim de sobre a mesma traçar alinhamentos das ruas e orientar os melhoramentos do saneamento e aformoseamento” (600\$000 reis).
(FERNANDES, 2005, pp. 344-347)

Apesar de tudo, foi necessário esperar pela Primeira República para se encontrar uma “Planta Topográfica da Villa de Chaves”, ou melhor, para que se encontrassem extensas referências à dita, elaborada em 1915/16, cujo atribulado processo se descreveu, a partir das actas municipais, existindo provas de que foi executada e enviada à Câmara Municipal de Chaves, mas da qual se desconhece qualquer exemplar (FERNANDES, 2005, pp. 52-53). Apesar da extensão, no contexto desta comunicação e numa fase em que o Arquivo Histórico Municipal de Chaves melhora paulatinamente as suas condições de investigação, não conseguimos evitar transcrever o testemunho que decorreu da investigação:

“Procuramos incessantemente qualquer folha das 21, pelo menos, que a planta possuía. Não existem espólios pessoais, quer do engenheiro José Vitorino Damásio (seu autor) quer do engenheiro Mário José Filgueiras. Tentamos localizar, sem sucesso, o processo administrativo intentado contra Nicolau Mesquita que fora presidente da câmara na década de 1920 e com o qual trabalhou o engenheiro Mário Filgueiras, que conterà ao que sabemos pela informação da publicação da defesa (Hermenegildo da Costa PINTO, 1931) alguns documentos cartográficos. Nesta publicação (pág. 57) refere-se que desapareceram, para criar dificuldades a Nicolau Mesquita, muitos documentos municipais, *antigos e modernos*, podendo estar aqui parte da explicação. O zelador do Arquivo Histórico Municipal de Chaves nunca ouviu falar em tal planta. Resta-nos, apesar de tudo, uma possibilidade: o Arquivo Histórico Municipal de Chaves não está completamente organizado e não existe qualquer catalogação, restando muita documentação por identificar, pelo que, talvez um dia se descubra algum vestígio da planta topográfi-

ca de Chaves, de 1915/16. Para já, resta-nos a Planta da vila de Chaves (ca. 1921), que poderá ter sido desenhada a partir da de 1916.” (FERNANDES, 2005, p. 197, Nota 133).

Curiosamente, a planta que desconhecemos, de 1915/16, existiu e terá contribuído para servir de base aos projetos de melhoramentos traçados pelo Eng^o Mário Filgueiras, que de facto aconteceram na Chaves da década de 1920, culminando um processo iniciado por volta de 1881, quando, enquadrada pelo Dec-Lei de 31 de Dezembro de 1864 (sobre a polícia de estradas e os Planos de Melhoramentos) e instigada pela possibilidade de posse das fortificações abaluartadas, a Câmara Municipal de Chaves decidiu tratar de abrir e arejar o aglomerado urbano, para o que terá ponderado a elaboração de uma planta que nunca existiu.

Voltando a ambas, missiva e planta anexa de Carlos de Pezerat, importa sublinhar o seu interesse e pertinência, pois, entre outros aspetos, comprovam e simbolizam a existência de um mercado de serviços de levantamentos cartográficos urbanos, desenvolvido num contexto de existência de recursos humanos com capacidade técnica (com engenheiros militares desde o século XVIII e Manoel de Azevedo Fortes e com engenheiros civis desde as escolas politécnicas de Lisboa e Porto, criadas em 1837) e de necessidade reconhecida pelas câmaras municipais em empreender melhoramentos urbanos, quer porque a realidade o exigia, quer porque a legislação o obrigava e/ou sugeria.

Anexo

“Proposta à Ex^a Camara Municipal da Cidade de Chaves, para factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade.

(Documento junto Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000)

Illm^o e Exm^o Snr José Antunes Guerreiro, Digm^o Presidente da Camara Municipal de Chaves.

Ill^o e Exm^o Snr. Presidente,

Tendo V^a. Ex^a. manifestado o desejo de receber uma proposta minha para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topográfica e do nivelamento da Cidade de Chaves, por conta do Município da mesma Cidade, apreço-me em dirigir a V^a Ex.^a as condições com as quaes promptifico me a executar estes trabalhos, para elaboração doas quaes me associei com o meu cunhado o Snr. Francisco Goullard, author da planta da Cidade de Coimbra.

A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d’uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d’ella, mostrando não somente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nível.

O Municipio que não possui semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria só, sem curvas de nível, não é sufficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d'alinhamentos, nem para encanamentos d'água ou d'esgotos.

As vantagens e as economias que um Municipio deve auferir d'uma planta bem elaborada, são tantas que nenhum sacrificio deve custar-lhe para realizar um resultado tam importante.

Os abaixo assignados, Carlos Pezerat, engenheiro civil e Francisco Goullard, geometro topográfico, tendo já executado a planta topográfica da Cidade de Lisboa para a Repartição Geodesica do Reino e para a Camara Municipal da mesma Cidade, veem respeitosaente propor á Exm^a Camara Municipal da Cidade de Chaves, executar a planta topográfica da mesma Cidade, nas condições seguintes:

1^o - A planta será na escala de um por quinhentos (1 por 500) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa.

2^o - A planta completa comprehenderá a área delimitada pela faixa cór de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta.

3^o - O nivelamento das ruas designará as cotas referidas a um ponto qualquer da Cidade, determinado pela Exm^a Camara; Serão as cotas marcadas a tinta nas esquinas das ruas assim como na planta.

4^o - O relevo do terreno, tanto nas ruas como nos quarteirões será determinado por meio de curvas de nível estabelecidas de dois em dois metros de altitude.

5^o - As dimensões das folhas da planta serão fixadas pelo Municipio.

6^o - Os preços em globo serão os seguintes:

a - Para a planimetria, triangulação e desenho, para toda a área acima designada, Oito centos e setenta mil reis, (Reis 870\$000)

b - Para o nivelamento, cento e setenta mil reis (Reis 170\$000)

c - Para as curvas de nível, cento e setenta mil reis (Reis 170\$000)

Total geral Um conto, duzentos e dez mil reis (Reis 1:210\$000)

7^o - Os pagamentos serão mensais, na importância de cento e oitenta mil reis (Reis 180\$000) por mez, começando no fim do primeiromez dos trabalhos e continuando sem interrupções até o saldo completo.

8^o - A planta deverá ser completamente terminada no prazo de seis mezes (6 mezes) da data do começo dos trabalhos. Na esperança de sermos honrados com uma resposta favorável aceitando esta nossa proposta, asseguramos-nos, com a mais alta consideração e respeito.

De V^a Ex^a, Lisboa, aos 10 de Maio de 1881.

Muito Att^{os} Vener^{os} e Cr^{os} Obr^{os}

O Geometro topographo Francisque Goullard

Calçada de St^a Anna, 147

A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista
(Chaves, 1881)

O Engenheiro Civil Carlos de Pezerat
323, calçada do Salitre

Nota – No caso que a área fixada na presente proposta não seja suficiente comprometemos-nos a executar o excedente determinado pela Exm^a Camara Municipal por preços proporcionaes.

Carlos de Pezerat

Proposta à Ex.^a Camara Municipal da Cidade de
Chaves, para a factura por empreitada da Planta a grande escala
da mesma Cidade.

Documento junto
Planta da Cidade
Chaves a 1/10.000

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. José Antunes Guerreiro, Dir.^{mo}
Presidente da Camara Municipal de Chaves.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente,

Tendo V.^o Ex.^o manifestado o desejo de receber uma proposta minha para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topographica e do nivelamento da cidade de Chaves, por conta do Municipio da mesma Cidade, affresco-me em dirigir a V.^o Ex.^o as condições com as quaes promptifico-me a executar estes trabalhos, para elaboração dos quaes me associei com o meu cunhado o Sr. Francisco Goullard, author da planta da Cidade de Coimbra.

A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d'uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d'ella, mostrando não somente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nivel.

O Municipio que não possui semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria so, sem curvas de nivel, não é sufficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d'alinhamentos, nem para os encanamentos d'agua e d'esgotos.

As vantagens e as economias que um Municipio deve auferir d'uma planta bem elaborada, são tantas

que nenhum sacrificio deve custar-lhe para realisar um resultado tam importante.

Os abaixo assignados, Carlos de Pejerat, engenheiro civil e Francisco Goullard, geometra topographico, tendo ja executado a planta topographica da Cidade de Lisboa para a Repartição Geodesica do Reino e para a Camara Municipal da mesma Cidade, vem respectivamente pedir à Ex.^{ma} Camara Municipal da Cidade de Chaves, executar a planta topographica da mesma Cidade, nas condições seguintes:

1.^o— A planta sera' na escala de um por quinhentos (1 por 500.) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa.

2.^o— A planta completa comprehenderá a area delimitada pela faixa cor de rosa da pequena planta que juntamos a presente proposta.

3.^o— O nivelamento das ruas designará as cotas, referidas a um ponto qualquer da Cidade, determinado pela Ex.^{ma} Camara; Serão as cotas marcadas a tinta nas esquinas das ruas assim como na planta.

4.^o— O relevo do terreno, tanto nas ruas como nos quarteirões sera' determinado por meio de curvas de nivel estabelecidas de dois em dois metros d'altitude.

5.^o— As divisões das folhas da planta serão fixadas pelo Municipio.

6.^o— Os preços em globo serão os seguintes:

a — Para a planimetria, triangulação e desenho, para toda a area acima designada, Oito centos e setenta mil reis, (Reis 870 \$ 000.)

b - Para o nivelamento, cento e setenta mil reis. (Reis 170\$000.)

c - Para as curvas de nível, cento e setenta mil reis. (Reis 170\$000.)

Total geral Um conto, duzentos e dez mil reis. (Reis 1:210\$000.)

7º - Os pagamentos serão mensaes, na importância de cento e oitenta mil reis (Reis 180\$000.) por mez, começando no fim do primeiro mez dos trabalhos e continuando sem interrupção até o saldo completo.

8º - A planta deverá ser completamente terminada no prazo de seis mezes (6 mezes) da data do começo dos trabalhos.

Na esperança de sermos honrados com uma resposta favoravel accetando esta nossa proposta, assignamos-nos, com a mais alta consideração e respeito,

De V.º E.º

Lisboa, aos 10 de Maio de 1881.

O Geometra topographo,
Françisque Gondard,
Calçada de S.ª Anna, 147

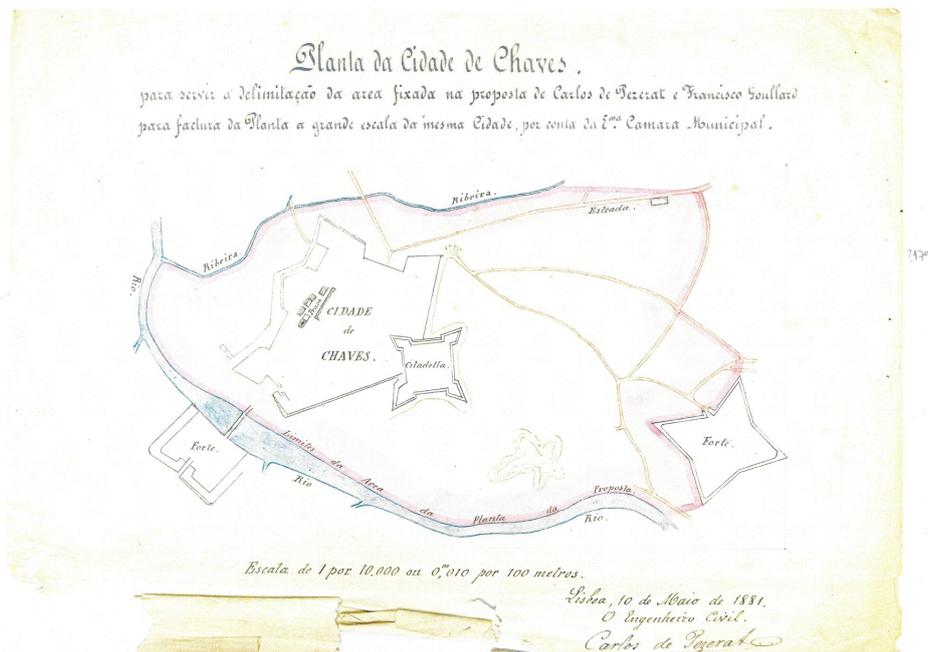
Muito Att.º Vend.º e Cr.º Ob.º

O Engenheiro Civil,
Carlos de Pezerat,
323, calçada do Salitre.

Nota - No caso que a area fixada na presente proposta não seja sufficiente construírem-nos a executar o excedente determinado pela Es.^{ta} Camara Municipal por preços preferenciaes.

Carlos de Pezerat

**A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista
(Chaves, 1881)**



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, Firmino, *Incursões autárquicas*, Vila Real, Edição Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2000.
- FERNANDES, Mário G., "A Carta Topographica da Cidade do Porto entre a cartografia e o urbanismo português", in BRAGA, Maria Helena e FERNANDES, Mário (Coord., 2011), *A Planta da Cidade do Porto no século XIX: cartografia e urbanismo*. Catálogo, Porto, Câmara Municipal do Porto e FLUP, p. 7-13, 2011.
- FERNANDES, Mário G. (coord.), *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): Cartografia, Cultura e Urbanismo*, Porto, GEDES e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal*. Porto, FAUP Publicações, 2005.
- FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança), 1852-1926*, Porto, FLUP, 2 vols., tese de doutoramento (policopiado), 2002.
- FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Portuguez*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728: Tomo Primeiro; 1729: Tomo Segundo.

* FERNANDES, Mário Gonçalves (2020), "A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista (Chaves, 1881)", *Atas do VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, pp. 157-166, ISBN: 978-989-8969-57-6 (<https://slbcartografia.wixsite.com/edicao2019/livro-de-atas>).

Folha em branco